

Demonstrações Financeiras

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

31 de dezembro de 2016
com Relatórios do Auditores Independentes



Demonstrações Financeiras

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Balancos patrimoniais consolidados

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Disponível		554	726
Realizável		939.113	873.648
Gestão previdencial	7	126.032	135.276
Gestão administrativa	8	731	760
Investimentos	9	812.350	737.612
Créditos privados e depósitos		-	2.105
Ações		9.410	7.625
Fundos de investimento		731.845	665.585
Investimentos imobiliários		53.267	46.547
Empréstimos a participantes		17.828	15.750
Permanente			
Imobilizado	10	246	194
Intangível			
Intangível		192	127
Gestão assistencial	11	273	296
Total do ativo		940.379	874.991

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Balancos patrimoniais consolidados

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Passivo			
Exigível operacional	12	2.134	2.558
Gestão previdencial		1.441	1.553
Gestão administrativa		510	801
Investimentos		183	204
Exigível contingencial	13	3.842	3.018
Gestão previdencial		3.842	3.018
Patrimônio social		934.129	869.119
Patrimônio de cobertura do plano	14	906.559	845.730
Provisões matemáticas		981.051	898.057
Benefícios concedidos		805.755	718.587
Benefícios a conceder		175.296	179.470
Equilíbrio técnico		(74.493)	(52.327)
(-) Deficit técnico acumulado		(74.493)	(52.327)
Fundos	15	27.571	23.389
Fundos previdenciais		9.362	7.848
Fundos administrativos		9.207	8.170
Fundos dos investimentos		9.001	7.371
Gestão assistencial		273	296
Total do passivo		940.379	874.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Varição (%)
Patrimônio social - início do exercício	869.119	803.856	8
Adições	181.313	184.717	(2)
Contribuições previdenciais	70.610	81.549	(13)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	102.240	96.015	6
Receitas administrativas	5.803	5.104	14
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	1.030	900	14
Constituição de fundos de investimentos	1.630	1.149	42
Destinações	(116.303)	(119.454)	(3)
Benefícios	(109.692)	(114.093)	(4)
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(815)	(152)	436
Despesas administrativas	(5.796)	(5.209)	11
Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social	65.010	65.263	0
Provisões matemáticas	82.995	96.657	(14)
(Déficit) superavit técnico do exercício	(22.166)	(34.460)	(36)
Fundos previdenciais	1.514	1.123	35
Fundos administrativos	1.037	794	31
Fundos dos investimentos	1.630	1.149	42
Patrimônio social - final do exercício	934.129	869.119	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração consolidada do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	8.170	7.376	11
Custeio da gestão administrativa	6.832	6.003	14
Receitas	6.832	6.003	14
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.951	3.360	18
Custeio administrativo dos investimentos	1.695	1.653	3
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	156	90	74
Resultado positivo dos investimentos	1.030	900	14
Despesas administrativas	(5.795)	(5.209)	11
Administração previdencial	(3.024)	(2.699)	12
Pessoal e encargos	(1.327)	(1.162)	14
Treinamentos/congressos e seminários	(122)	(105)	16
Viagens e estadias	(38)	(32)	19
Serviços de terceiros	(729)	(674)	8
Despesas gerais	(570)	(521)	9
Depreciações e amortizações	(30)	(25)	21
Tributos	(208)	(180)	16
Administração dos investimentos	(2.771)	(2.510)	10
Pessoal e encargos	(1.208)	(1.084)	11
Treinamentos/congressos e seminários	(122)	(96)	27
Viagens e estadias	(30)	(44)	(33)
Serviços de terceiros	(586)	(503)	17
Despesas gerais	(598)	(577)	4
Depreciações e amortizações	(28)	(24)	18
Tributos	(199)	(182)	9
Sobra da gestão administrativa	1.037	794	31
Constituição do fundo administrativo	1.037	794	31
Fundo administrativo do exercício atual	9.207	8.170	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração dos ativos líquidos por plano de benefícios - Benefício Definido

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativos	788.331	746.703	6
Disponível	282	648	(56)
Recebível	127.970	136.978	(7)
Investimento	660.078	609.077	8
Créditos privados e depósitos	-	1.457	(100)
Ações	9.410	7.625	23
Fundos de investimento	583.715	540.516	8
Investimentos imobiliários	53.267	46.547	14
Empréstimos	13.686	12.932	6
Obrigações	5.239	4.550	15
Operacional	1.397	1.532	(9)
Contingencial	3.842	3.018	27
Fundos não previdenciais	10.215	8.984	14
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	7.196	5.965	21
Ativo líquido	772.877	733.169	5
Provisões matemáticas	847.370	785.496	8
(Deficit) técnico	(74.493)	(52.327)	42
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio técnico	(74.493)	(52.327)	42
Ajuste de precificação	75.749	53.537	41
Equilíbrio técnico ajustado	1.256	1.210	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício - Benefício Definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	733.169	679.947	8
Adições	132.108	135.829	(3)
Contribuições	48.415	50.422	(4)
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	83.693	85.407	(2)
Destinações	(92.400)	(82.607)	12
Benefícios	(89.595)	(80.713)	11
Constituição de contingências - gestão previdencial	(816)	(152)	437
Custeio administrativo	(1.989)	(1.742)	14
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	39.708	53.222	(25)
Provisões matemáticas	61.874	87.682	(29)
Superavit (deficit) técnico do exercício	(22.166)	(34.460)	(36)
Ativo líquido - final do exercício	772.877	733.169	5
Fundos não previdenciais	10.215	8.984	14
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	7.196	5.965	21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração dos ativos líquidos por plano de benefícios - Contribuição Definida

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativos	151.264	127.192	19
Disponível	151	46	228
Recebível	7.269	6.469	12
Investimento	143.845	120.677	19
Créditos privados e depósitos	-	648	(100)
Fundos de investimento	139.703	117.210	19
Empréstimos	4.142	2.819	47
Obrigações	227	226	1
Operacional	227	226	1
Fundos não previdenciais	7.993	6.557	22
Fundos administrativos	6.188	5.151	20
Fundos dos investimentos	1.805	1.406	28
Ativo Líquido	143.044	120.409	19
Provisões matemáticas	133.682	112.561	19
Fundos previdenciais	9.362	7.848	19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício - Contribuição Definida

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	120.409	110.311	9
Adições	44.694	45.096	(1)
Contribuições	26.147	34.487	(24)
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	18.547	10.609	75
Destinações	(22.059)	(34.998)	(37)
Benefícios	(20.096)	(33.380)	(40)
Custeio administrativo	(1.963)	(1.618)	21
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	22.635	10.098	124
Provisões matemáticas	21.121	8.975	135
Fundos previdenciais	1.514	1.123	35
Ativo líquido - final do exercício	143.044	120.409	19
Fundos não previdenciais	7.993	6.557	22
Fundos administrativos	6.188	5.151	20
Fundos dos investimentos	1.805	1.406	28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Benefício Definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Provisões técnicas	785.312	743.684	6
Provisões matemáticas	847.370	785.496	8
Benefícios concedidos	780.169	699.706	11
Benefício definido	780.169	699.706	11
Benefício a conceder	67.201	85.790	(22)
Benefício definido	67.201	85.790	(22)
Equilíbrio técnico	(74.493)	(52.327)	42
Resultados realizados	(74.493)	(52.327)	42
(-) Deficit técnico acumulado	(74.493)	(52.327)	42
Fundos	7.196	5.965	21
Fundos dos investimentos	7.196	5.965	21
Exigível operacional	1.397	1.532	(9)
Gestão previdencial	1.216	1.329	(8)
Gestão dos investimentos	180	203	(11)
Exigível contingencial	3.842	3.018	27
Gestão previdencial	3.842	3.018	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Contribuição Definida

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Varição (%)
Provisões técnicas	143.271	122.041	17
Provisões matemáticas	133.682	112.561	19
Benefícios concedidos	25.586	18.881	36
Contribuição definida	25.586	18.881	36
Benefício a conceder	108.096	93.680	15
Contribuição definida	108.096	93.680	15
Saldo de contas - parcela patrocinadores	57.993	51.611	12
Saldo de contas - parcela participantes	50.103	42.069	19
Fundos	11.167	9.254	1
Fundos previdenciais	9.362	7.848	19
Outros - previsto em nota técnica atuarial	9.362	7.848	19
Fundos dos investimentos	1.805	1.406	28
Exigível operacional	227	226	-
Gestão previdencial	224	224	-
Gestão dos investimentos	3	2	44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“CELPOS” ou “Entidade”) é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, localizada à Rua João Fernandes Vieira, 190, Soleidade, Recife-PE, constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 2.376 de 19 de janeiro de 1981, publicada no DOU de 21 de janeiro de 1981.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade suplementar, para os empregados da Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE e seus próprios empregados, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de pensão por morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os regulamentos dos seus planos de benefícios.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- Das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e a própria Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS. Nos exercícios de 2016 e 2015, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribuiu com igual valor, para o Plano BD. Para o Plano CELPOS CD, além da contribuição previdenciária, a patrocinadora também contribuiu com o custeio administrativo e o fundo de risco;
- Das contribuições de seus participantes, onde os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 5,61% até 66,81% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 12,45% para ativos e autopatrocinados e de 13,69% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição; e
- Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto nas Resoluções nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A Entidade aplica seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições, e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía um total de 5.240 (5.035 em 2015) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Benefício definido	321	394	2.304	2.278	905	905	3.530	3.577
Contribuição definida	1.632	1.384	73	68	5	6	1.710	1.458
	1.953	1.778	2.377	2.346	910	911	5.240	5.035

No Demonstrativo Atuarial - DA, a quantidade de participantes refere-se a outubro de 2016, mês base para avaliação atuarial.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e alterações e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 4 (quatro) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

Gestão previdencial - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão administrativa - Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

Gestão assistencial - Atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Fluxo dos investimentos - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 16 de março de 2017.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2016, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (vide Nota Explicativa nº 14), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (ver Nota Explicativa nº 13), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Entidade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

a) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência, exceto as adições da gestão previdencial oriundas das contribuições dos participantes autopatrocinados do plano CD, as quais são escrituradas pelo regime de caixa.

b) Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo e independente. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

i) *Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

ii) *Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos*

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

iii) *Provisão para contingências*

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no ativo realizável.

iv) *Provisões matemáticas*

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário externo independente contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

- Benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.
- Benefícios a conceder: registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

d) Ativo realizável - fluxo dos investimentos

A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento contábil das rendas e deduções são os seguintes:

i) *Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado*

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Os títulos pré e pós – fixados e com vencimento superior a 365 dias mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (*pro rata*) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme legislação em vigor e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

ii) *Ações e fundos de investimentos de ações*

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

iii) *Investimentos imobiliários*

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

e) Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.

Empréstimos de ordem pessoal

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Entidade, a carteira deve no mínimo alcançar a meta atuarial (INPC + 5,17% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 60 meses, podendo ser concedidos para os ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

f) Imobilizado e Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos e licença de uso. No intangível estão registrados os gastos com implantação do sistema corporativo.

g) Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº8 de 31 de outubro de 2011 e suas alterações e Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes

critérios:

Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimentos;

Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;

Despesas comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;

Rateio das despesas administrativas por gestão	2016	2015
Previdencial	51,82%	50,44%
Investimentos	48,18%	49,56%
Rateio das despesas administrativas por custeio	2016	2015
Custeio BD	71,85%	73,40%
Custeio CD	28,15%	26,60%

Fluxo positivo dos investimentos do PGA: utilização da proporção patrimonial como critério de rateio.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

Imposto de renda e PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053 que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, onde o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos assistidos e o instituto do resgate dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da referida Lei, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

O PIS e a COFINS são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

7. Realizável da gestão previdencial

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está composta conforme discriminado a seguir:

	2016	2015
Contribuições do mês - patrocinador	2.977	2.644
Contribuições do mês - participantes	724	860
Contribuições contratadas - patrocinador (a)	121.773	129.594
Outros recursos a receber	26	1.709
Adiantamentos	11	18
Custeio administrativo antecipado	12	9
Depósitos judiciais/recursais	380	318
Outros realizáveis	128	124
	126.032	135.276

- (a) Refere-se a contrato de dívida sobre a descobertura das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios Definidos - BD, celebrado em 19 de setembro de 2001 com a patrocinadora CELPE, com prazos renegociados em 13 de junho de 2003 no valor original de R\$62.357. A atualização desse contrato é realizada mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano. A amortização do contrato teve início a partir de 26 de janeiro de 2008 em 192 parcelas mensais, sendo o vencimento da última parcela previsto para 26 de dezembro de 2023. A garantia da dívida encontra-se prevista na cláusula 8 do instrumento contratual, autorizando a instituição financeira interveniente a transferir os recursos disponíveis nas contas bancárias da Patrocinadora em favor da Entidade, em havendo qualquer atraso no pagamento.

Comparativo do saldo de valores contratados:

	2016	2015
Movimentação:		
Saldo no início do exercício	129.594	131.384
Parcela paga no exercício	(24.505)	(23.230)
Atualização	16.684	21.440
Saldo no final do exercício	121.773	129.594

8. Realizável da gestão administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	2016	2015
Contribuições para custeio - patrocinador	288	303
Contribuições para custeio - participantes	103	100
Responsabilidade de empregados	34	36
Responsabilidade de terceiros	32	27
Outros recursos a receber	192	220
Despesas antecipadas	14	9
Outros realizáveis - impostos a recuperar	54	54
Outros realizáveis - valores a receber transferidos	13	11
	731	760

9. Realizável dos investimentos (Planos Previdenciais e PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentados a seguir:

	2016	2015
Títulos para negociação		
Créditos privados e depósitos		
Companhias abertas		
Gafisa S.A.	-	2.105
Total de créditos privados e depósitos	-	2.105
Ações		
Outros emissores		
Shopping Center Tacaruna S.A.	9.410	7.625
Total de ações	9.410	7.625
Fundos de investimento		
Renda fixa		
ALM BD FI RF	37.753	19.231
BB Institucional Federal	8.427	7.858
Ações		
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA	-	9.314
Ennesa FIA	9.432	10.379
Fator Sinergia IV	-	2.758
Itaú FOF RPI Ações	8.150	-
Sul América Expertise FIA	3.524	3.689
Sul América Expertise II FIA	2.499	2.195
Vinci Selection Equities FIA	4.017	-
Multimercado		
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário	-	20.947
Noronha CD FIM	78.328	54.775
Olinda Celpos BD FIM	2.989	19.840
Gravatá Celpos CD FIM	46.458	47.824
BB Multimercado Blackrock Inv. no Exterior	-	2.851
BB Multimercado JP Morgan Inv. no Exterior	-	1.659
Participações		
Brasil Energia Renovável - FIP	1.612	1.576
Imobiliário		
Panamby	3.609	3.461
Geo Guararapes	217	200
Total de fundos de investimentos para negociação	207.015	208.557
Total de títulos para negociação	216.425	218.287
Títulos mantidos até o vencimento		
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		
ALM BD FI RF	511.959	457.028
Multimercado		
Olinda Celpos CD FIM	12.871	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	524.830	457.028
Total de fundos de investimentos	731.845	665.585
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas	53.215	46.522
Outros investimentos imobiliários	52	25
Total de investimentos imobiliários	53.267	46.547
Operações com participantes - Empréstimos	17.828	15.750
Total dos investimentos	812.350	737.612

Em atendimento ao artigo 8º, da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 a composição dos títulos está assim demonstrada:

a) Títulos para negociação

Em 31 de dezembro de 2016	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
ALM BD FIF							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	1.167	8.559	9.831	9.831	-	-	2017 a 2022
Operações Compromissadas LTN-O	36.426	27.645	27.659	27.659	-	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	279	279	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber			(16)	(16)			
Subtotal		36.404	37.753	37.753	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Operações Compromissadas LTN-O	70	61	61	61	-	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	20.391	1	139	139			
Cotas de Fundos de Investimentos	1.049.745,76		2.793	2.793	-	-	
Contas a Pagar/Receber			-4	-4	-	-	
Subtotal		62	2.989	2.989	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	856	5.992	7.213	-	7.213	-	2020 a 2021
Operações Compromissadas LTN-O	5.869	5.104	5.106	-	5.106	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	653	1.704	1.909	-	1.909	-	2019 a 2022
Letras Financeiras	6	1.800	2.127	-	2.127	-	2017
Letras Financeiras Subordinadas	23	6.967	9.582	-	9.582	-	2021 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	2.502.098,91		20.535	-	20.535	-	
Contas a Pagar/Receber			(14)	-	(14)	-	

Em 31 de dezembro de 2016	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
Subtotal		21.567	46.458	-	46.458	-	
Noronha CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	2.596	21.069	21.912	-	21.912	-	2017 a 2018
Tesouro IPCA com juros semestrais	13.628	39.990	40.891	-	40.891	-	2017 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	1.995	5.922	5.925	-	5.925	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	35.849	5.094	6.194	-	6.194	-	2018 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	1	300	517	-	517	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.886.350		2.908	-	2.908	-	
Contas a Pagar/Receber			(19)	-	(19)	-	
Subtotal		72.375	78.328	-	78.328	-	
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Institucional Federal		6.777	8.427	-	-	8.427	
Ennesa FIA		2.017	9.432	9.432	-	-	
Itaú RPI Ações		8.708	8.150	-	8.150	-	
Sul América Expertise FIA		5.136	3.524	773	2.751	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	2.499	2.499	-	-	
Vinci Selection Equities FIA		4.169	4.017	-	4.017	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		4.000	1.612	1.612	-	-	
FII - Panamby		2.238	3.609	3.609	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	217	217	-	-	
Subtotal		40.593	41.487	18.142	14.918	8.427	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A.	835	2.311	9.410	9.410	-	-	01/07/2020
Subtotal		2.311	9.410	9.410	-	-	
Total da carteira própria		42.904	50.897	27.552	14.918	8.427	
Total dos títulos para negociação		173.312	216.425	68.294	139.704	8.427	

Em 31 de dezembro de 2015	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.087	4.916	5.315	5.315	-	-	2018 a 2035
Letras Financeiras do Tesouro	524	3.499	3.880	3.880	-	-	2019 a 2021
Operações Compromissadas LTN-O	10.157	9.802	9.806	9.806	-	-	2016
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	249	249	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber		-	(19)	(19)	-	-	
Subtotal		18.417	19.231	19.231	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional	10.000	6.345	7.385	7.385	-	-	2018
Operações Compromissadas LTN-O	305	294	294	294	-	-	2016
Títulos Privados							
Debêntures	642	1.652	1.807	1.807	-	-	2019 a 2022
Letras Financeiras Subordinada	16	4.867	6.138	6.138	-	-	2021 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.599.682,34	-	4.212	4.212	-	-	
Contas a Pagar/Receber		-	4	4	-	-	
Subtotal		13.158	19.840	19.840	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	1.358	9.060	10.056	-	10.056	-	2019 a 2021
Letras do Tesouro Nacional	10.000	6.345	7.385	-	7.385	-	2018
Operações Compromissadas LTN-O	4.534	4.375	4.378	-	4.378	-	2016
Títulos Privados							
Debêntures	647	1.694	1.852	-	1.852	-	2019 a 2022
Letras Financeiras	6	1.800	1.854	-	1.854	-	2017
Letras Financeiras Subordinada	23	6.967	8.286	-	8.286	-	2021 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	2.147.226,58	-	14.015	-	14.015	-	
Contas a Pagar/Receber		-	(2)	-	(2)	-	
Subtotal		30.241	47.824	-	47.824	-	

Em 31 de dezembro de 2015	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
Amaraji Celpos Mult. Previdenciário							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	1.005	7.263	7.442	7.442	-	-	2016 a 2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.240	5.721	5.796	5.796	-	-	2020 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	97	248	248	248	-	-	2016
Títulos Privados							
CDB	1.029	1.131	2.077	2.077	-	-	2016
Debêntures	22.754	3.092	3.652	3.652	-	-	2018 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	1	300	467	467	-	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	953.129	-	1.265	1.265	-	-	
Subtotal		17.755	20.947	20.947	-	-	
Noronha CD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	3.068	21.926	22.717	-	22.717	-	2016 a 2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.490	14.031	14.257	-	14.257	-	2020 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	1.684	4.654	4.656	-	4.656	-	2016
Títulos Privados							
CDB	2.078	2.285	4.194	-	4.194	-	2016
Debêntures	35.849	5.094	5.970	-	5.970	-	2018 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	1	300	467	-	467	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.886.350	-	2.503	-	2.503	-	
Contas a Pagar/Receber		-	11	-	11	-	
Subtotal		48.290	54.775	-	54.775	-	

Em 31 de dezembro de 2015	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Institucional Federal		6.958	7.858	-	-	7.858	
BB Multimercado Blackrock Inv. no Exterior		1.872	2.851	1.709	1.142	-	
BB Multimercado JP Morgan Inv. no Exterior		1.107	1.659	1.659	-	-	
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA		9.880	9.314	-	9.314	-	
Ennesa FIA		2.017	10.379	10.379	-	-	
Fator Sinergia IV		6.424	2.758	1.481	1.276	-	
Sul América Expertise FIA		5.166	3.689	809	2.880	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	2.195	2.195	-	-	
Rio Bravo Energia I – FIP		4.000	1.576	1.576	-	-	
FII – Panamby		2.238	3.461	3.461	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	200	200	-	-	
Subtotal		47.210	45.940	23.469	14.612	7.858	
Créditos Privados e Depósitos							
Gafisa S.A.	2.890	1.445	2.105	1.457	648	-	2017
Sub Total		1.445	2.105	1.457	648	-	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A.	835	2.311	7.625	7.625	-	-	
Subtotal		2.311	7.625	7.625	-	-	
Total da carteira própria		50.966	55.670	32.551	15.260	7.858	
Total dos títulos para negociação		178.827	218.287	92.569	117.859	7.858	

Os títulos para negociação estão valorizados a preços de mercado na data do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA;
- Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

a) Títulos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2016

HSBC FI RF ALM BD	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/16 consolidado	Valor em 31/12/16 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
Títulos Públicos							
Tesouro IPCA com juros semestrais	8.799	25.056	26.166	26.166	123	26.179	15/05/2017
Tesouro IPCA com juros semestrais	8.822	23.337	26.425	26.425	616	26.684	15/08/2018
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.808	13.497	14.227	14.227	404	14.366	15/05/2019
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.181	9.314	12.415	12.415	612	12.672	15/08/2020
Tesouro IPCA com juros semestrais	3.865	9.889	11.640	11.640	583	11.705	15/08/2022
Tesouro IPCA com juros semestrais	9.610	12.664	25.782	25.782	5.011	29.241	15/08/2024
Tesouro IPCA com juros semestrais	13.580	40.064	41.193	41.193	2.851	41.325	15/08/2026
Tesouro IPCA com juros semestrais	29.258	67.808	85.532	85.532	11.269	90.846	15/08/2030
Tesouro IPCA com juros semestrais	39.107	59.407	103.182	103.182	26.970	120.027	15/05/2035
Tesouro IPCA com juros semestrais	7.604	17.921	23.870	23.870	2.178	24.014	15/08/2040
Tesouro IPCA com juros semestrais	31.271	51.868	83.340	83.340	23.660	96.223	15/05/2045
Tesouro IPCA com juros semestrais	12.766	32.808	43.188	43.188	1.470	40.117	15/08/2050
Subtotal			496.960	496.960	75.749	533.399	
Tesouro Prefixado com juros semestral	14.933	14.405	14.999	14.999	-	14.772	01/01/2023
Subtotal		14.405	14.999	14.999	-	14.772	
Total - Títulos Públicos			511.959	511.959	75.7495	548.171	

Em 31 de dezembro de 2016

Olinda Celpos BD FM	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/16 consolidado	Valor em 31/12/16 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
Títulos Privados							
Instituições Financeiras							
Letras Financeiras Subordinada							
Banco do Brasil	12	5.194	5.194	5.194	-	5.194	2021
Banco Itaú S/A	3	1.516	1.516	1.516	-	1.380	2022
Banco Votorantim	2	875	875	875	-	875	31/05/2021
Companhias Abertas							
BNDESPAR Participações S.A.	660	918	918	918	-	924	15/05/2019
CEMIG Distribuição S.A.	1.267	1.335	1.335	1.335	-	1.413	2021-2025
CEMIG Geração e Distribuição S.A.	130	180	180	180	-	179	15/02/2019
Companhia Energética do Ceará - COELCE	39	370	370	370	-	369	15/10/2018
ECORODOVIAS							
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	8	103	103	103	-		
Estácio Participações	13	166	166	166	-		
SABESP							
SANEPAR	17	175	175	175	-		
Sonae Sierra Brasil	39	558	558	558	-	104	15/10/2019
						163	12/09/2022
	32	402	402	402	-	172	15/10/2019
						558	15/02/2019
	33	471	471	471	-	398	15/11/2020
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	507	608	608	608	-	470	15/02/2019
						622	15/10/2024
Total - Olinda Celpos BD FIM	2.762	12.871	12.871	12.871	-	12.821	
Total - Títulos mantidos a vencimento		524.830	524.830	524.830	75.749	560.992	

Em 31 de dezembro de 2015

HSBC FI RF ALM BD	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/15 consolidado	Valor em 31/12/15 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.683	14.984	16.019	16.019	159	16.105	15/08/2016
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.399	9.047	9.417	9.417	179	9.450	15/05/2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	7.802	20.334	21.812	21.812	728	21.665	15/08/2018
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.110	5.494	5.783	5.783	261	5.702	15/05/2019
Notas do Tesouro Nacional - Série B	14.401	30.907	40.016	40.016	2.128	38.994	15/08/2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.865	9.889	10.917	10.917	527	10.262	15/08/2022
Notas do Tesouro Nacional - Série B	9.610	12.664	23.908	23.908	4.842	25.109	15/08/2024
Notas do Tesouro Nacional - Série B	27.958	64.851	76.659	76.659	9.116	70.610	15/08/2030
Notas do Tesouro Nacional - Série B	39.107	59.407	96.493	96.493	23.674	94.685	15/05/2035
Notas do Tesouro Nacional - Série B	7.604	17.921	22.417	22.417	1.553	18.566	15/08/2040
Notas do Tesouro Nacional - Série B	31.271	51.868	78.089	78.089	11.395	73.856	15/05/2045
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.766	32.808	40.573	40.573	(1.027)	30.822	15/08/2050
Subtotal		330.174	442.103	442.103	53.537	415.826	
Notas do Tesouro Nacional - Série F	14.933	14.405	14.925	14.925	-	11.930	01/01/2023
Subtotal		14.405	14.925	14.925	-	11.930	
Total - Títulos Públicos		344.579	457.028	457.028	53.537	427.756	

(*) PU de Mercado divulgado pela ANBIMA.

Os títulos mantidos até o vencimento estão alocados no Fundo Exclusivo ALM BD FI RF, sendo composto por títulos públicos (NTN-B e NTN-F) com vencimento entre 2017 a 2050.

De acordo com o estudo de ALM - *Asset Liability Management* realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a Administração da Entidade decidiu manter as aplicações em NTN-B e NTN-F em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 5,17% a.a.), risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Em consonância com as Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, de 19 de novembro de 2014 (incluindo a portaria PREVIC nº 186 de 2016), e seguindo os critérios estabelecidos na Instrução Normativa PREVIC nº 19/2015 (com a utilização da planilha exigida pela Portaria PREVIC nº 29 de 2017), no encerramento do exercício de 2016 o valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos a vencimento foi de R\$ 75.749 (53.537 em 2015).

c) Composição dos títulos por vencimento

Em 31 de dezembro de 2016	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos para negociação										
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	9.410	-	-	-	-	-	-	9.410
Fundos de Investimentos	50.180	-	8.704	49781	3.713	86.210	8.427	-	-	207.015
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	26.166	498.664	-	-	-	-	-	-	524.830
Investimentos Imobiliários	53.267	-	-	-	-	-	-	-	-	53.267
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	13.686	-	-	4.142	-	-	-	17.828
Total títulos por vencimento	103.447	26.166	530.464	49.781	3.713	90.352	8.427	-	-	812.350

Em 31 de dezembro de 2015	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos para negociação										
Créditos Privados e Depósitos	-	-	1.457	-	-	648	-	-	-	2.105
Ações	-	-	7.625	-	-	-	-	-	-	7.625
Fundos de Investimentos	39.279	5.816	38.392	40.174	11.361	65.677	7.858	-	-	208.557
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	-	457.028	-	-	-	-	-	-	457.028
Investimentos Imobiliários	46.547	-	-	-	-	-	-	-	-	46.547
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	12.932	-	-	2.818	-	-	-	15.750
Total títulos por vencimento	85.826	5.816	517.434	40.174	11.361	69.143	7.858	-	-	737.612

Fundos de investimentos exclusivos

A composição dos investimentos realizados em fundos de investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

	2016	2015
HSBC FI RF ALM BD		
Títulos para negociação		
Títulos públicos federais		
Tesouro IPCA com juros semestrais	-	5.315
Tesouro SELIC	9.831	3.880
Operações compromissadas LTN-O	27.659	9.806
	37.490	19.001
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	279	249
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	(16)	(19)
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro IPCA com juros semestrais	496.960	442.103
Tesouro Prefixado com juros semestrais	14.999	14.925
	511.959	457.028
	549.712	476.259
	2016	2015
Olinda Celpos BD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro SELIC	-	7.385
Operações Compromissadas LTN-O	61	294
	61	7.679
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinada		
Banco do Brasil	5.194	4.467
Banco Itaú S/A	1.516	921
Banco Votorantim	875	749
Companhias Abertas		
BNDESPAR Participações S.A.	918	336
CEMIG Distribuição S/A	1.335	298
Companhia de Saneamento do Paraná	402	327
Ecorodovias	103	94
Estácio Participações	175	175
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	166	145
Sonae Sierra Brasil	471	433
Vale S/A	139	-
	11.294	7.945

	2016	2015
Cotas Fundos de Investimentos		
FIDC Multisetorial Silverado		
Maximum	33	540
Plural Inst. 15 FIC	-	1.950
SulAmerica High Yield CP	1.290	1.209
SulAmérica Inflatie FIRFL	-	513
Votorantim Atuarial FIM CP	1.470	-
	2.793	4.212
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	(4)	4
	15.860	19.840

	2016	2015
Gravatá Celpos CD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro SELIC	7.213	10.056
Tesouro Prefixado	-	7.385
Operações Compromissadas LTN-O	5.106	4.378
	<u>12.319</u>	<u>21.819</u>
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras		
Banco Itaú S/A	2.127	1.854
Letras Financeiras Subordinada		
Bradesco	2.494	2.145
Banco do Brasil	5.198	4.471
Banco Itaú S/A	1.015	921
Banco Votorantim	875	749
Companhias Abertas		
BNDESPAR Participações S.A.	377	336
CEMIG Distribuição S/A	318	299
Companhia de Saneamento do Paraná	368	338
Ecorodovias	-	104
Estácio Participações	185	186
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	180	156
NFC Participações	481	-
Sonae Sierra Brasil	-	433
	<u>13.618</u>	<u>11.992</u>
Cotas Fundos de Investimentos		
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	35	572
Itaú Institucional Alocação Dinâmica	1.530	-
Modal Multimercado Institucional FIF	1.762	-
Plural Inst. 15 FIC	1.413	2.612
Quest Yield FIC FIRF	299	263
Santander IMA-B 5 FIC RF	4.443	-
SulAmerica Excellence	-	6.734
SulAmerica RF Ativo FI LP	1.084	-
SulAmerica High Yield CP	1.290	1.209
Sul America Ind FIRF	4.098	2.208
SulAmérica Inflatie FIRFL	4.581	417
	<u>20.535</u>	<u>14.015</u>
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	(14)	(2)
	<u>46.458</u>	<u>47.824</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.442
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	5.796
Operações Compromissadas NTN-O	-	248
	<u>-</u>	<u>13.486</u>
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Bradesco S.A.	-	2.077
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S.A.	-	467
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	-	485
CEMIG Distribuição S/A	-	1.028
CEMIG Geração e Transmissão S/A	-	506
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	-	501
Companhia Energética do Ceará - COELCE	-	518
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	-	526
Vale S/A	-	88
	<u>-</u>	<u>6.196</u>
Cotas Fundos de Investimentos		
Votorantim Atuarial FIM CP	-	1.265
	<u>-</u>	<u>20.947</u>

	2016	2015
Noronha CD FIM		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro SELIC	21.912	22.717
Tesouro IPCA com juros semestrais	40.891	14.257
Operações Compromissadas NTN-O	5.925	-
Operações Compromissadas NTN-F-O	-	4.656
	68.728	41.630
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
CDB		
Banco Bradesco S.A.	-	4.194
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S.A.	517	467
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	850	757
CEMIG Distribuição S/A	1.874	1.866
CEMIG Geração e Transmissão S/A	843	792
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	873	783
Companhia Energética do Ceará - COELCE	579	810
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	957	822
Vale S/A	218	140
	6.711	10.631
Cotas Fundos de Investimentos		
Votorantim Atuarial FIM CP	2.908	2.503
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	(19)	11
	78.328	54.775

Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas		
Terrenos	2.587	2.587
Edificações	5.158	5.158
(-) Depreciação	(1.592)	(1.373)
Aluguéis a receber	14	12
Reavaliação	10.924	7.343
Imobilizações em andamento	21	21
Rendas de participações	36.103	32.774
	<u>53.215</u>	<u>46.522</u>
Outros investimentos imobiliários	52	25
	<u><u>53.267</u></u>	<u><u>46.547</u></u>

Os ativos imobiliários pertencem à carteira do Plano BD e estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, sendo classificados em uso próprio, locados a patrocinadores, locados a terceiros, participações em shopping e outros investimentos imobiliários. A precificação está baseada na reavaliação efetuada no exercício de 2016, suportada por laudos técnicos assinados pela empresa Caldas e Acosta Engenheiros Associados Ltda. para os imóveis classificados em uso próprio, locados a patrocinadores e locados a terceiros, remontando um efeito no resultado de R\$ 3.581 O empreendimento Shopping Center Tacaruna foi reavaliado pela Consult Engenharia de Avaliações Ltda..

A provisão para perda com alienação de imóveis, constituída em virtude de atraso dos pagamentos, corresponde ao saldo de R\$ 14 em 2016 (R\$ 12 em 2015), a provisão foi constituída com base na rubrica - Direito em Alienações de Investimentos Imobiliários.

Empréstimos a participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2016	2015
Empréstimos a participantes		
Plano BD	13.686	12.932
Plano Celpos CD	4.142	2.818
	<u>17.828</u>	<u>15.750</u>

Os empréstimos a participantes são remunerados *pro rata temporis* pela rentabilidade da caderneta de poupança estabelecida para o último dia do mês, acrescida de juros de 1% a.m.

Perfil de investimento

O Plano CD é distribuído em cinco perfis de investimento com a seguinte composição dos recursos em 31 de dezembro de 2016:

Perfil	Qtde. de participantes	Volume de recursos	Rentabilidade (%)
Super conservador	1.249	75.956	15,22
Conservador	112	17.228	15,40
Moderado	159	18.111	15,75
Agressivo	86	9.440	16,32
Super agressivo	104	13.406	17,03
	<u>1.710</u>	<u>134.141</u>	<u>15,16</u>

10. Imobilizado (gestão administrativa)

	2016	2015
Custo	665	427
(-) Depreciação	(419)	(233)
	<u>246</u>	<u>194</u>

11. Gestão assistencial

	2016	2015
Disponível – conta corrente	88	91
Realizável – depósito judicial	185	205
	273	296

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais dos participantes do CELPOS SAÚDE, ainda em trâmite.

12. Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são assim demonstrados:

Gestão previdencial

	2016	2015
Benefícios a pagar	232	217
Retenções a recolher	797	896
Recursos antecipados	2	14
Créditos identificados	3	2
Valores a pagar transferidos	3	14
Cobertura das despesas administrativas	404	410
	1.441	1.553

Gestão administrativa

	2016	2015
Contas a pagar		
Pessoal	248	208
Material	30	5
Serviço de terceiros	122	80
Tributos	31	28
Retenções a recolher	74	76
Valores a pagar transferidos	-	400
Repasses	5	4
	510	801

Investimentos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ações	1	-
Investimentos imobiliários	15	2
Empréstimos e financiamentos	12	15
Outras exigibilidades	154	187
	<u>183</u>	<u>204</u>

13. Exigível contingencial

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas. Estes valores correspondem às ações cíveis, trabalhistas e federais, baseada na opinião de seus consultores jurídicos quanto às expectativas de perda. A classificação utilizada pela Entidade leva em consideração a decisão proferida no juízo de primeiro grau, sendo no primeiro momento todas as demandas classificadas como possíveis e, após a prolação da sentença, convertidas em remotas, em caso de sentença favorável à Fundação, e provável, em caso de sentença desfavorável à Fundação. A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2016 no Plano BD de R\$ 3.842 (R\$ 3.018 em 2015) segregado da seguinte forma:

Gestão Previdencial - Plano BD

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Abonos (a)	1.976	1.833
Expurgos (b)	647	577
Revisão de benefício (c)	607	563
Dano moral	16	15
Plano 01 (d)	45	2
Bradesco saúde (e)	23	28
Pensão por morte (f)	528	28
	<u>3.842</u>	<u>3.018</u>

- (a) Processos de abonos: referem-se aos requerimentos dos autores (aposentados) sobre o pagamento de parcelas de abonos/abonos de emergência pagos pela Patrocinadora CELPE aos funcionários da ativa, por acordo coletivo, de modo a garantir a paridade no reajuste das suplementações.
- (b) Processos de expurgos: ação cujo objeto é obter as perdas decorrentes dos planos econômicos e/ou pacotes econômicos lançados pelo Governo, em sua grande parte, a ação é ajuizada por ex- participantes, que à época dos planos econômicos eram participantes e que posteriormente resgataram suas respectivas reservas de poupança.
- (c) Revisão de benefícios: ações dos participantes que reclamam o cálculo do benefício e pedem, judicialmente, revisão do mesmo.

- (d) Plano 01: demanda judicial interposta por participantes da CELPOS que ingressaram no momento da fundação da Entidade, sendo vigente à época o Regulamento 01 do Plano de Benefícios Definidos, mas que no momento da aposentadoria tiveram seus benefícios calculados com base no Regulamento vigente no período da implementação de todas as condições para aposentadoria.
- (e) Bradesco Saúde: trata-se de pleito judicial, onde é requerida indenização por danos morais decorrentes do cancelamento da consignação em folha dos pagamentos do plano de saúde Bradesco, bem como de reajustes, considerados abusivos, ocorridos no plano. Vale salientar que a CELPOS não é parte integrante do contrato do Plano da Saúde Bradesco, sendo há época mero consignatário, fato este que deixou de existir.
- (f) Pensão por Morte: Demanda onde os familiares não inscritos na qualidade de beneficiário/dependente de participantes falecidos ingressam requerendo a concessão do benefício de pensão por morte perante a Fundação.

A CELPOS possui ainda o valor de R\$9.624 (R\$3.561 em 2015), relativo a processos de natureza cível e trabalhista, classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras.

14. Patrimônio de cobertura do plano

Para fins de atendimento da Resolução CGPC N° 18 de 28 de março de 2006, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2016, foi apresentada através do relatório atuarial JM/1196/2016 datado de 10 de outubro de 2016, e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 21 de outubro de 2016 através da ata CD n° 004/2016 ORD e em 20 de fevereiro de 2017 através da ata CD n° 002/2017 EXT. A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2016 e 2015:

Plano BD

	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,00%	5,17%
Projeção de crescimento real de salário	Entre 1% e 2%	Entre 1% e 2%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-2000	qx da AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83	$q_x^i = q_x$ da AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-fraca	Light-fraca
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

Celpos CD

	2016	2015
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	Não aplicável	Não aplicável
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-49	qx da AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light-média	Light-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas dos planos e o deficit técnico acumulado do Plano BD estão demonstrados como segue:

Consolidado

	2016	2015
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	25.586	18.881
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	780.169	699.706
	805.755	718.587
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	108.096	93.680
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	63.014	84.011
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	4.187	1.779
	175.297	179.470
Equilíbrio técnico	(74.493)	(52.327)
	906.559	845.730

Plano BD

	2016	2015
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	780.169	699.706
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	63.014	84.011
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	4.187	1.779
	67.201	85.790
Equilíbrio técnico	(74.493)	(52.327)
Patrimônio de cobertura do plano	772.877	733.169

Durante o exercício de 2016, a rentabilidade nominal líquida do Plano BD obtida foi de 14,09% (16,26% em 2015) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 13,02% o que, em termos reais, representou obter mais 6,17%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,17% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, com um mês de defasagem na sua aplicação.

Equacionamento do deficit

A situação atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, na qual já contemplou a atualização das hipóteses atuariais de crescimento real de salário e de composição média da família de dependentes, bem como já considerou a revisão dos percentuais de aumento nas contribuições normais paritárias do plano de custeio em função da utilização do regime financeiro de capitalização na versão agregado, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 186/2016 de 28/04/2016), apresentou um Deficit Técnico, em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 74.493 (R\$ 52.327 em 2015). No entanto, aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos no valor de R\$ 75.749 (R\$ 53.537 em 2015), previsto nas referidas Resoluções CNPC 15/2014 e 16/2014, a efetiva situação atuarial do Plano passou a apresentar um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 1.256 (R\$ 1.210 em 2015).

Celpos CD

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	<u>25.586</u>	<u>18.881</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	<u>108.096</u>	<u>93.680</u>
Patrimônio de cobertura do plano	<u>133.682</u>	<u>112.561</u>

Pela natureza do plano ser de Contribuição Definida, não há registro de superavit técnico acumulado ou deficit técnico acumulado.

15. Fundos

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa Jessé Montello Serviço Técnico em Atuária e Economia Ltda. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 9.362 (R\$ 7.848 em 2015).

Esse fundo é composto do fundo patronal não comprometido somado à rubrica fundo coletivo de benefício de risco no valor de R\$ 605 e R\$ 8.757, respectivamente. Estes compõem o item “Outros (fundos)”, previstos na Nota Técnica Atuarial JM/2752/2011, de 27 de setembro de 2011, em decorrência da Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 8 de setembro de 2011. Com o objetivo de ajustar o volume de recursos do fundo coletivo de benefício de risco do Plano Misto I de Benefícios à real necessidade do plano, conforme Notas Técnicas Atuariais JM/2298/2014 e JM/2299/2014, de 26 de agosto de 2014, e com base no parecer jurídico da consultoria Abreu Barbosa Viveiros Advogados concordando com a posição do atuário, aprovado no Conselho Deliberativo da CELPOS, conforme ata da reunião ordinária, realizada em 28 de janeiro de 2015, a CELPOS passou a destinar o excedente ao fundo coletivo de benefício de risco no montante de R\$ 3.442, para deduzir contribuições mensais destinadas ao custeio dos benefícios de risco desse Plano Misto I, até o limite de suspender tais contribuições a fim de deduzir ou eliminar o excedente verificado. Esse saldo excedente foi atualizado conforme Relatório de Avaliação Atuarial JM/0353/2017 de 20 de fevereiro de 2017.

O fundo da gestão administrativa (fundo administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de Administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 9.207 (R\$ 8.170 em 2015).

O fundo dos investimentos, denominado reserva de quitação por morte - RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 9.001 (R\$ 7.371 em 2015).

16. Apresentação dos efeitos de consolidação

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no plano de gestão administrativa”, no ativo, e “Participação no fundo administrativo do PGA”, no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada plano de benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo plano de benefícios previdenciários em contas do ativo e passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas, permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio.

A seguir, demonstram-se o detalhamento dos ajustes e as eliminações decorrentes da consolidação das demonstrações contábeis no exercício de 2016:

Grupo de contas	Consolidado antes das eliminações		Eliminações do Consolidado	Consolidado após eliminações
	Planos BD e CD	Plano PGA		
Disponível	433	121	-	554
Realizável	939.162	9.158	(9.207)	939.113
Gestão previdencial	126.032	-	-	126.032
Gestão administrativa	9.207	731	(9.207)	731
Investimentos	803.923	8.427	-	812.350
Ações	9.410	-	-	9.410
Fundos de investimento	723.418	8.427	-	731.845
Investimentos imobiliários	53.267	-	-	53.267
Empréstimos a participantes	17.828	-	-	17.828
Permanente	-	438	-	438
Imobilizado	-	246	-	246
Intangível	-	192	-	192
Gestão assistencial	273	-	-	273
Total do ativo	939.868	9.717	(9.207)	940.379
Exigível operacional	1.624	510	-	2.134
Gestão previdencial	1.441	-	-	1.441
Gestão administrativa	-	510	-	510
Investimentos	183	-	-	183
Exigível contingencial	-	-	-	-
Gestão previdencial	3.842	-	-	3.842
Patrimônio social	934.127	9.207	(9.207)	934.127
Patrimônio de cobertura do plano	906.558	-	-	906.558
Provisões matemáticas	981.051	-	-	981.051
Benefícios concedidos	805.755	-	-	805.755
Benefícios a conceder	175.296	-	-	175.296
Equilíbrio técnico	(74.493)	-	-	(74.493)
(-) Deficit técnico acumulado	(74.493)	-	-	(74.493)
Fundos	27.569	9.207	(9.207)	27.569
Fundos previdenciais	9.362	-	-	9.362
Fundos administrativos	9.207	9.207	(9.207)	9.207
Fundos dos investimentos	9.000	-	-	9.000
Gestão assistencial	273	-	-	273
Total do passivo	939.868	9.717	(9.207)	940.379

17. Contingência ativa - Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em atenção a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi determinado conforme ofício 4635/2011/ CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 que as EFPC não efetuem o registro contábil até que haja manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal.

Sérgio Fernandes de Magalhães Filho
Presidente
CPF N° 509.318.577-91

Marcílio Quintino Correia da Silva
Diretor Administrativo Financeiro
CPF N° 669.950.434-72

Jeniffer de Melo Borges
Contadora - CRC-PE025706/0
CPF N° 065.796.794-76



Relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“Fundação”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de março de 2016, que não conteve qualquer modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador (BA), 16 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC 1BA-022.650/O-0



Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 34, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2016, à vista dos Balancetes e demais Demonstrações Financeiras, que lhes foram apresentados. Desta feita, considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2016 bem como nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefícios) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), findo naquela data, para o que contaram com o parecer do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 20 de fevereiro de 2017, JM/0353/2017 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD) e da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 16 de março de 2017, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme dispõe o inciso X, do art. 20 do Estatuto Social.”

Recife, 22 de março de 2017.

Edna Maria Pereira Ferreira
Presidente

Pablo Emerson Machado A. de Andrade
Membro Titular

Roberto Paes de Lima
Membro Titular



Manifesto do Conselho Deliberativo

Manifesto do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, presentes à reunião, realizada no dia 22 de março de 2017, em cumprimento ao disposto no Artigo 20, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Financeiras, apresentadas pela Diretoria Executiva, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. (JM/0353/2017), datado de 20 de fevereiro de 2017 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD), da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 16 de março de 2017, o qual opinou no sentido de que “as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC”, e do Conselho Fiscal, datado de 22 de março de 2016, este conclusivo em seu parecer no sentido de que “ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme dispõe o inciso X, do art. 20 do Estatuto Social.”, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 22 de março de 2017.

Fabíola Maria da Cruz de Almeida
Presidente do Conselho Deliberativo

Aldo Moreira Formiga
Membro Titular

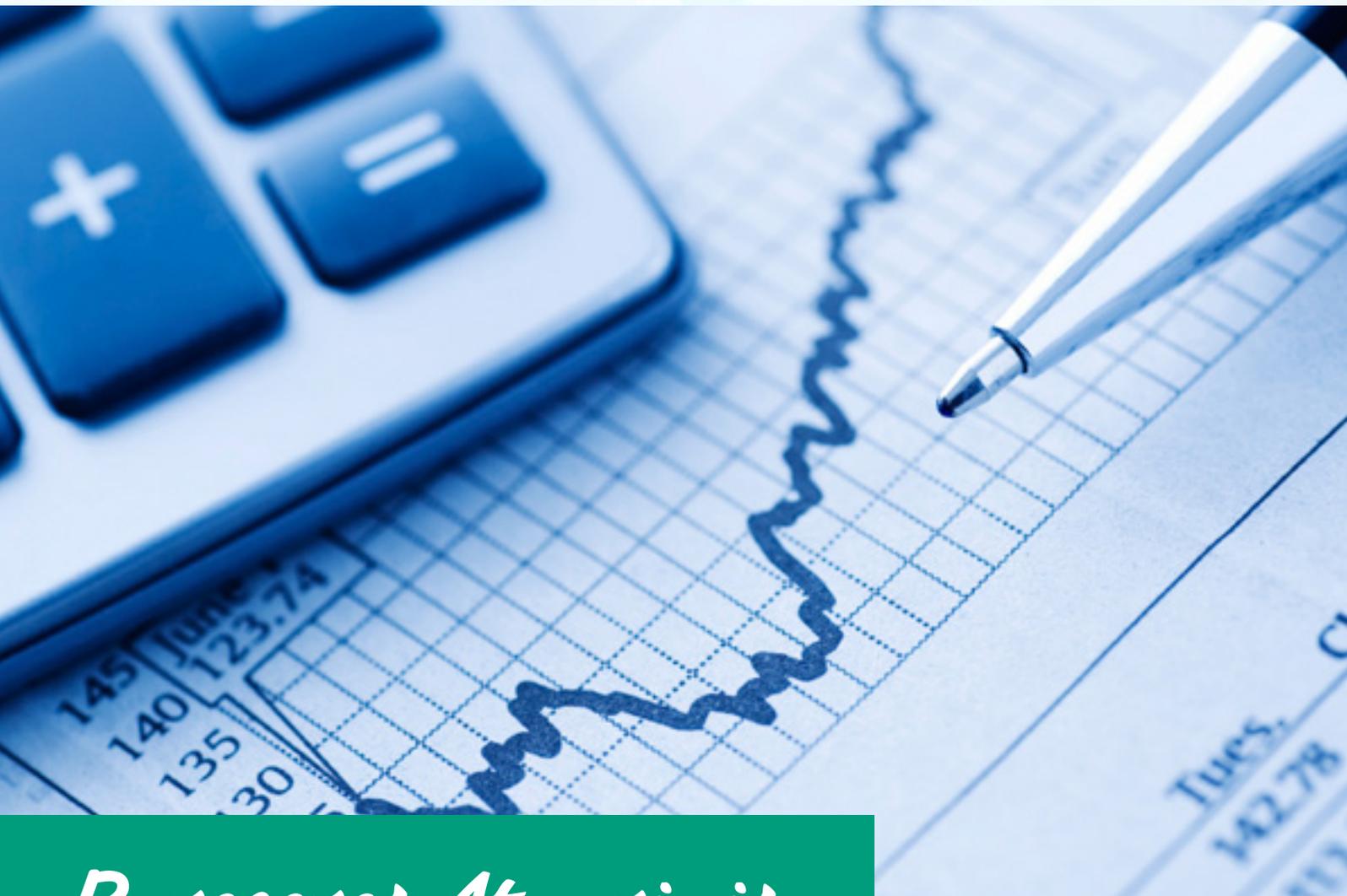
Alessandro Henrique de O. Cabral
Membro Titular

Luiz do Rêgo Bezerra
Membro Suplente

Linaldo Leite Ferreira
Membro Titular

Francisco Ramos Freire de Andrade
Membro Titular

Antiógenes José Freitas Cordeiro
Membro Titular



Parceres Atuariais

PARECER ATUARIAL – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDO (BD) DA CELPOS

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) de 25,90% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (considerando que a contribuição normal de 13,69% dos participantes aposentados é destinada a participar do custeio normal dos benefícios, bem como considerando que o custeio das despesas administrativas seja feito, à parte, de forma paritária pelos participantes/assistidos e pelo Patrocinador), conforme a abertura apresentada a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias *1	22,94%	21,52%
Invalidez	0,53%	0,84%
Pensão por Morte	2,17%	2,34%
Auxílio-Funeral/Mortalidade/Doença por Acidente do Trabalho	0,20%	0,20%
SUB-TOTAL (1)	25,84%	24,90%
Suplementar	-	-
SUB-TOTAL (2)	-	-
TOTAL (1)+(2)	25,84%	24,90%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

OBS.: Na Avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes não assistidos é de 52 anos.

- 2) A Contribuição Normal destinada a dar cobertura ao Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) 24,90% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos descrita a seguir, correspondem às que estão em vigor no encerramento do exercício de 2016 no Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais “Puras” (*1)	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	12,92%	12,45%
Contribuição Normal da Patrocinadora	12,92%	12,45%
Sub-Total	25,84%	24,90%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	25,84%	24,90%
Contribuições Normais dos Assistidos	14,13%	13,69%

(*1) “Puras” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Custeio Administrativo.

- 3) A Contribuição Normal Vigente, apresentada no numeral 2 anterior, de 24,90% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2016, de 24,90% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2016.
- 4) Além das receitas contributivas realizadas pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, bem como a receita proveniente da parcela do retorno dos investimentos, todas destinadas à cobertura do custeio administrativo, existe a seguinte outra fonte para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA).
 - Em caso de necessidade, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o final do ano 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	699.705.625,46	780.168.989,87	11,50%
Provisão de Benefícios a Conceder	85.790.182,31	67.200.971,80	(21,67%)
Provisão Matemática a Constituir	-	-	0,00%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	785.495.807,77	847.369.961,67	7,88%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Em relação à situação atuarial, em 31/12/2016, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, na qual contemplou a adoção da taxa real de juros de 5,00% ao ano, bem como a revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 186 de 28/04/2016), apresentou um Equilíbrio Técnico (Deficit) Contábil, em 31/12/2016, no valor de R\$ (74.493.127,85). No entanto, aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos no valor de R\$ 75.748.732,26, previsto nas referidas Resoluções CNPC 15/2014 e 16/2014, a efetiva situação atuarial do Plano passou a apresentar um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 1.255.604,41.
- 2) Na posição de encerramento do exercício de 2016, a adoção da taxa real de juros de 5,00% ao ano, comparada com a taxa real de juros de 5,17% ao ano utilizada nas Demonstrações Atuariais do Plano BD em 31/12/2015, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 13.261.916,70 (*)

(*) Deve-se destacar que, com a adoção da taxa real de juros de 5,00% ao ano em substituição à taxa real de juros de 5,17% ao ano, o Ajuste de Precificação se elevou em R\$ 8.510.340,41 = R\$ 75.748.732,26 – R\$ 67.238.391,85 e, dessa forma, a repercussão dessa redução da Taxa Real Anual de Juros impactou no Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano (que reflete a Situação Atuarial do Plano) em R\$ 13.261.916,70 – R\$ 8.510.340,41 = R\$ 4.751.576,29.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2015.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 ((masculina), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2015.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FRACA), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2015.
- iv) Rotatividade: Considerada Nula.
- v) Taxa real de juros/desconto: Adotado 5,00% ao ano, ao invés de 5,17% ao ano adotado no “D.A.” de 31/12/2015.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Entre 1% e 2% ao ano, utilizando a mesma função adotada no “D.A.” de 31/12/2015.
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
- viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada a Experiência Regional de Composição de Família correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, atualizada em 2015.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5% (compatível com uma inflação anual média de 4,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Conforme referido no numeral 1 deste item V.3, na Avaliação Atuarial de 31/12/2016 houve a devida revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado, visando a que, no encerramento do exercício de 2016, o Plano apresente um Equilíbrio Técnico Ajustado ligeiramente positivo, ou seja, de R\$ 1.255.604,41.

Portanto, na tabela abaixo, apresentamos os novos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio:

Período	Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2016, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Abril 2016 a Março 2017	+187,58%
Abril 2017 a Março 2018	+229,92%
Abril 2018 a Março 2019	+278,60%
Abril 2019 em diante	+354,68%

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, “P%”, será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$\cdot 100\%$$

NOTA: A Tabela de Contribuição Normal “Pura” Referencial, ou seja, a Tabela sobre a qual se aplica o Percentual de aumento para se estabelecer as Contribuições Normais do Período (e que se encontra no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS) é a seguinte (tanto para os Participantes/Assistidos, quanto para a Patrocinadora):

Idade na data da última inscrição no PLANO BD (*2)	Percentual de Contribuição “Pura” incidente sobre as parcelas do Salário Real de Contribuição (*1)			
	Parcela 1 (*3)	Parcela 2 (*4)	Parcela 3 (*5)	Parcela 4 (*6)
até 19 anos	1,81%	3,62%	8,16%	12,00%
de 20 a 24 anos	1,96%	3,77%	8,62%	13,20%
de 25 a 29 anos	2,09%	3,90%	9,07%	14,40%
de 30 a 34 anos	2,22%	4,03%	9,53%	15,60%
de 35 a 39 anos	2,35%	4,18%	9,97%	16,80%
de 40 a 44 anos	2,54%	4,36%	10,43%	18,00%
de 45 anos em diante	2,72%	4,54%	10,88%	19,20%

(*1) Para os Assistidos, o Salário Real de Contribuição é o valor do Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte.

(*2) Para o Participante Fundador é a idade na data da última admissão como empregado do Patrocinador.

(*3) É a Parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 50% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(*4) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 50% e 100% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(*5) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 100% e 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(*6) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar e 100% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

OBS.: Os Percentuais de Contribuição Normal “Pura” Referencial, constantes do quadro anterior, em relação aos que não recebem Gratificações Especiais, devem ser multiplicados por 1,125.

- 5) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2016, foi de 14,09% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 13,02% o que, em termos reais, representou obter mais 6,17%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,17% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.
- 6) Este Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atualizadas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC Nº 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse Procedimento de registro de títulos classificados “até o

vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

- 7) Se registrava, em 31/12/2016, um saldo devedor de R\$ 121.773.395,44 do patrocinador para com esse Plano de Benefícios Definidos, a ser amortizado em 84 meses a contar de janeiro de 2017 pelo Sistema SAC com juros reais não inferiores a 6% ao ano e atualização monetária mensal pelo INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem.
- 8) Os principais Riscos Atuariais do Plano BD da CELPOS estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da CELPOS, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de manter o acompanhamento da hipótese relativa ao retorno dos investimentos.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, bem como Equilíbrio Técnico Ajustado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, refletida nesta D.A..

V.5. - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2015.	R\$ (52.327.024,64)
Atualização do Equilíbrio Técnico Contábil de 31/12/2015 para 31/12/2016 pela meta atuarial	R\$ (6.771.557,52)
Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta de Rentabilidade Líquida do ano de 2016, que corresponde à diferença entre o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2016 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, do ano de 2015, evoluído para o final de 2016 considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2016 (*1)	R\$ 7.574.428,74
Impacto referente a revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado	R\$ (6.576.544,41)
Impacto referente à adoção da taxa real de juros de 5,00% ao ano	R\$ (13.261.916,70)
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*2)	R\$ (3.130.513,32)
Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2016. (*3)	R\$ (74.493.127,85)

(*1) R\$ 772.876.833,82 - R\$ 765.302.405,08 = R\$ 7.574.428,74.

(*2) R\$ (74.493.127,85) - [R\$ (52.327.024,64) + R\$ (6.771.557,52) + R\$ 7.574.428,74 + R\$ (6.576.544,41) + R\$ (13.261.916,70)] = R\$ (3.130.513,32), equivalente a 0,37% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 847.369.961,67 (posição de 31/12/2016).

NOTA: Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria e rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano.

(*3) O Resultado Contábil, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ (74.493.127,85). Com a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos no valor de R\$ 75.748.732,26, em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 186 de 28/04/2016), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31 de dezembro de 2016, fica ligeiramente superavitária em R\$ 1.255.604,41.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Equilíbrio Técnico registrado contabilmente do Plano de Benefício Definido vigente na CELPOS, em 31/12/2016, de R\$ (74.493.127,85) é de natureza transitória, já que, levando em consideração que, aplicando o ajuste na Precificação dos Ativos, em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo a Portaria nº 186 de 28/04/2016), a Situação Atuarial desse Plano, considerando a Precificação dos Ativos (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado desse Plano), em 31/12/2016, em realidade, é atuarialmente equilibrada em R\$ 1.255.604,41. Nesse contexto, não existe, ao final de 2016, qualquer parcela do Equilíbrio Técnico Contábil de R\$ (74.493.127,85) pendente de cobertura no Plano de Custeio vigente.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte e dos Auxílios Reclusão e Doença por Acidente do Trabalho, permanecendo os seguintes Benefícios de Pequeno Porte, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

PARECER ATUARIAL – PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS DA CELPOS

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no custo total de 10,55%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	8,18%	8,06%
PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ (*1)	1,12%	1,10%
SUB-TOTAL (1)	9,30%	9,16%
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*1)	1,64%	1,39%
SUB-TOTAL (2)	1,64%	1,39%
TOTAL (1)+(2)	10,94%	10,55%

(*1): Custos calculados considerando que todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes não assistidos é de 36 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 10,55% será custeado, no exercício de 2017, pelas contribuições apresentadas no numeral 4 do item V.3., em conformidade com o Regulamento do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, de responsabilidade dos participantes e do Patrocinador, na forma apresentada a seguir:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	4,09%	4,03%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*2)	6,85%	6,52%
Sub-Total	10,94%	10,55%
Contribuição Suplementar	- %	- %
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	10,94%	10,55%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	- %	- %
Pensionistas Assistidos	- %	- %

*1: Considerando como se todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

*2: Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, ao custeio dos Benefícios de Risco e ao Custeio Paritário dos Benefícios Programados.

NOTA: No numeral 4 do item V.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que estará em vigor em 2017.

- 3) Além das receitas contributivas realizadas pelo Patrocinador pelos Assistidos e pelos Participantes enquadrados em Benefício Proporcional Diferido (BPD) para cobertura do custeio administrativo, existem as seguintes outras fontes para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA):
 - Se necessário, parcela do retorno dos investimentos; e
 - Se necessário, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2. - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2015 para o final do ano 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 18.881.299,16	R\$ 25.585.950,48	35,51%
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 93.679.576,93 (*1)	R\$ 108.095.778,07 (*1)	15,39%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	- %
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 112.560.876,09	R\$ 133.681.728,55	18,76%

*1: Em 31/12/2010, se excluiu da Provisão de Benefícios a Conceder o valor de R\$ 1.902.668,26 correspondente à Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder, já que, desde o Plano de Contas vigente em 31/12/2011, esse valor passou a ser registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco a Conceder (fora do âmbito das Provisões Matemáticas).

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superavit Técnico Acumulado ou Deficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os " q_x da Tábua de Mortalidade Geral AT-83 (masculina)", que se mostra suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 8.757.380,18 comparativamente aos R\$ 7.442.426,30, registrados em 31/12/2015. Adicionalmente, informamos que tão logo se tenha experiência de sinistros suficientes de, no mínimo 5 anos, trabalharemos com a Teoria Coletiva do Risco pelo regime financeiro de repartição simples.
- 3) Em se tratando do Benefício de Risco por Entrada em Invalidez Total e Permanente, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os " i_x da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FRACA)", que se mostra suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 7.442.426,30, registrado em 31/12/2015, para R\$ 8.757.380,18 registrado em 31/12/2016. Adicionalmente, informamos que tão logo se tenha experiência de sinistros suficientes de, no mínimo 5 anos, trabalharemos com a Teoria Co-

letiva do Risco pelo regime financeiro de repartição simples.

4) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que vigorará em 2017, é o seguinte:

a) Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo:

De caráter obrigatório, corresponde a:

- R% de 2% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor correspondente a 10 (dez) Unidades de Referência da CELPOS (UR) (*1); e
- R% de 9% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor correspondente a 10 Unidades de Referência da CELPOS (UR) (*1), sendo R% um percentual definido no §3º do Art. 37 do Regulamento do Plano.

(*1): UR é a Unidade Referência CELPOS, cujo valor é igual a R\$ 407,14 (a preços de outubro de 2016).

A totalidade de Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo é destinada à cobertura dos Benefícios Programados do Plano.

b) Contribuição Normal Facultativa do Participante Ativo: corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.

c) Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para cobertura dos Benefícios Programados: corresponde a um valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 127,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

d) Contribuição Mensal para Benefícios de Risco do Patrocinador: corresponde a um valor igual a 27,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e a 0,00% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

e) Contribuição Mensal para Despesas Administrativas do Patrocinador: corresponde a um valor igual a 34,60% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo (Normal ou Especial).

f) Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Assistidos: 0,90% do valor da renda de pagamento continuado recebida do Plano.

g) Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Participantes enquadrados no Benefício Proporcional Diferido (BPD): na forma de percentual de 0,085% do valor, existente a cada mês, no respectivo Saldo de Contas (Parcela Participante e Parcela Patrocinador).

5) A rentabilidade repassada às contas desse Plano se dá com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do Regulamento de Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tendo sido, tal variação, em 2016, de 15,16%.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

- 1) Os dados cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superavit ou deficit atuarial.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superavit ou deficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Entrada em Invalidez Total e Permanente, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426